

# TST reafirma representatividade da Condsef e do Sindsep-DF

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) deferiu Protesto Judicial interposto pela Condsef e sindicatos filiados, entre eles o Sindsep-DF, para resguardar a data-base dos trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 1º de setembro e prorrogou por 30 dias a validade do atual Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria, intimando a direção da Conab a nesse período negociar com a Condsef e os sindicatos gerais o ACT 2011/2012. A prorrogação do ACT passa a contar da data de publicação da decisão no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), dia 19/09.

No despacho, o ministro presidente do TST, João Oreste Dalazen, legitima os sindicatos gerais e a Condsef como representantes dos trabalhadores da Conab nas negociações com a direção da Companhia ao afirmar “defiro o protesto formulado e asseguro à categoria profissional representada pelos Requerentes a manutenção da data-base em 1º de Setembro, por 30 dias, improrrogáveis”.

Em função do entendimento do TST, a expectativa é que na audiência de conciliação de ação movida pela Condsef e 16 sindicatos (incluindo o Sindsep-DF), nesta quarta-feira (28/09), na 15ª Vara do Trabalho (W-3 Norte, quadra 513, lotes 2/3), a direção da Conab reconheça a representatividade dessas entidades sindicais junto aos trabalhadores da Companhia. Esta será a audiência inaugural para tentativa de acordo entre as partes envolvidas. Caso não haja consenso, outras duas audiências ainda podem acontecer, somente após isso a Justiça proferirá uma decisão.

As ações foram movidas porque a direção da Conab se recusa a negociar o ACT 2011/2012, cuja proposta foi construída pelos trabalhadores da Companhia em assembleias convocadas pelos Sindsep's nos estados e no Distrito Federal, ao longo dos meses de abril, maio e junho deste ano.

A redação final foi consolidada em Plenária Nacional do setor, convocada pela Condsef, e realizada no dia 15/06.

A proposta do novo ACT foi entregue pela Condsef ao presidente da Conab, Evangeldo Moreira dos Santos, no dia 22/06. Na ocasião, estavam presentes o diretor da CUT Nacional e da Condsef, Pedro Armengol; os diretores da Condsef, Gilberto Gomes, Ismael José César e Enos Barbosa; o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves; a diretora de Estudos Sócio-Econômicos e Empresas Públicas do Sindsep-DF, Jô Queiroz; o coordenador e o tesoureiro da Seção Sindical do Sindsep-DF na Conab, José Moisés e José Romero, respectivamente.

Junto com a proposta, foi entregue ao presidente da Conab ofício com a lista dos membros da Comissão de Negociação eleita na Plenária de 15/06, composta por: Jô Queiroz (Conab/matriz), José Moisés (Conab/matriz), Alan do Couto (Conab/RJ), Valdir Ferreira (Conab/PE), Dea Ferreira (Conab/ES), Celso Santana (Conab/BA), José Romero (Conab/matriz), Aélcio de Lima (Conab/RN), Joacira Rodrigues (Conab/MT) e José Torres (Conab/MA).

Mas, ao contrário de negociar com os representantes legítimos dos trabalhadores, a direção da Conab passou a incentivar a criação no âmbito da Companhia de um sindicato de gaveta, usando inclusive de coação para obrigar os empregados da Conab a passarem procurações nomeando um representante para assembleia de fundação do suposto sindicato, porém, agora a Conab vai ter que negociar com a Condsef e o Sindsep-DF.

PROCESSO Nº TST-Protes-5435-47.2011.5.00.0000

Requerentes: CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL — CONDSEF E OUTROS

Advogado : Dr. José Luis Wagner

Requerida : COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

JOD/seg/tv

DECISÃO

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal — CONDSEF, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal — SINDSEP/DF, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Paraná — SINDSEP/PR, o Sindicato dos Servidores Públicos Civil no Estado do Amapá — SINDSEP/AP, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado do Maranhão — SINDSEP/MA, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado da Bahia — SINDSEP/BA, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco — SINTSEP/PE, o Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul — SINDSERF/RS, o Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais — SINDSEP/MG, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso — SINDSEP/MT, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Espírito Santo — SINDESEP/ES, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Ceará — SINTSEF/CE, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de Goiás — SINTSEP/GO, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo — SINDSEP/SP, o Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Piauí — SINTSEP/PI, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Amazonas — SINDSEP/AM e o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte — SINTSEF/RN formulam **Protesto Judicial** para resguardarem a data-base dos trabalhadores da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB em 1º de Setembro.

Alegam, em síntese, que encaminharam à Requerida a pauta de reivindicações para a revisão do acordo coletivo, com o propósito de celebrarem novo instrumento normativo para reger as relações de trabalho da categoria no período 2011/2012.

Aduzem que vêm entabulando tratativas na busca de um ajuste direto.

Sustentam, contudo, a impossibilidade de encerramento das negociações antes do termo final a que alude o art. 616, § 3º, da CLT.

PROCESSO Nº TST-Protes-5435-47.2011.5.00.0000

O pedido vem instruído com procurações e instrumentos constitutivos, correspondências, atas de assembleia, pauta de reivindicações e cópias de Acordos Coletivos de Trabalho que vigoraram entre 2009/2011.

Atribuem à causa o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

É o relatório. Decido.

Conforme previsto no art. 219, § 1º, do RITST, admite-se o Protesto Judicial para a garantia da data-base da categoria ante a “impossibilidade real de encerramento da negociação coletiva em curso antes do termo final a que se refere o art. 616, § 3º, da CLT”.

Sobressai dos documentos acostados aos autos que as entidades sindicais perseguem um ajuste direto com a CONAB, ora Requerida.

Por outro lado, os ofícios remetidos pela Presidência da companhia às entidades sindicais, ainda que informem renitência às propostas apresentadas, demonstram que as partes encontram-se em efetivo processo de negociação coletiva.

Em semelhante quadro, penso que o protesto merece deferimento para **defiro** o protesto formulado e asseguro à categoria profissional representada pelos Requerentes a manutenção da data-base em 1º de Setembro, por 30 dias, improrrogáveis.

Custas processuais, pelos Requerentes, no importe de R\$ 50,00 (cinquenta reais), calculadas sobre o valor atribuído à causa.

Por tratar-se de processo com tramitação exclusivamente eletrônica, a entrega dos autos aos Requerentes (art. 872 do CPC) far-se-á pela impressão da petição inicial, das procurações outorgadas e desta decisão, certificando-se a autenticidade pela Secretaria.

Intime-se a Requerida.

Publique-se.

Brasília, 14 de setembro de 2011.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 2.200-2/2001)  
JOÃO ORESTE DALAZEN  
Ministro Presidente do TST

Firmado por assinatura digital em 14/09/2011 pelo sistema AssineJur da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

▶▶ **PL 2203**  
Condsef cobra correções à  
Presidência da República.

▶▶ **Aposentados e Pensionistas:**  
Sindsep-DF realiza seu maior  
seminário.

# PGDF deve despachar processo da PASUS nos próximos dias

Na terça-feira (20/09), a direção do Sindsep-DF e as Seções Sindicais na Funasa e no MS Cedidos se reuniram com os procuradores do DF, Leandro Zannoni Apolinário de Alencar (procurador-geral adjunto) e Ana Virgínia Christofoli Alvim (assessora da Assessoria Especial do gabinete da PGDF), para tratar do processo de extensão da PASUS aos servidores do Ministério da Saúde cedidos ao GDF. Após ouvirem o histórico da luta da categoria pela extensão da PASUS, o que justificou o pedido de celeridade ao processo por parte dos sindicalistas, os



20/09: reunião da direção do Sindsep-DF e das Seções Sindicais na Funasa e no MS Cedidos com procuradores do DF

procuradores afirmaram que esta semana o processo será despachado para a Secretaria de Administração Pública do DF.

Os procuradores ainda esclareceram que o processo foi encaminhado para a Procuradoria com o objetivo de embasá-lo ao máximo possível do ponto de vista jurídico para que o projeto de lei que será encaminhado à Câmara Legislativa não sofra nenhum questionamento e, após a extensão ser transformada em lei, não corra o risco de ser questionada por meio de uma Ação de Inconstitucionalidade (ADIN).

## MEC

# Luta pela valorização da categoria continua

Em assembleia realizada dia 15/09, os servidores do Ministério da Educação (MEC) avaliaram como positiva a abertura de uma agenda de negociação das demandas do setor com a direção do órgão (EG 425) e decidiram continuar a luta pela valorização da categoria, tanto para que sejam contemplados como profissionais da educação nas metas 17 e 18 do Programa Nacional de Educação (PNE), quanto para conquistarem seu plano de carreira.

Na assembleia, os servidores foram informados que o restaurante foi fechado porque o prédio oferecia riscos à vida dos trabalhadores da empresa prestadora de serviços e também dos servidores, visto que estava com problemas na parte elétrica, podendo gerar um curto circuito, e que o esgoto não escoava corretamente, inundando



15/09: assembleia dos servidores do MEC

a cozinha, o que poderia ocasionar a contaminação dos alimentos. Segundo a direção do MEC, por questões legais as obras ainda não começaram, mas depois de iniciada, a reforma deve ser concluída em 120 dias. A Seção Sindical sugeriu que a direção do MEC faça um contrato emergencial com uma lanchonete, ou que contrate os serviços do Senac, ou ainda que

entre em contato com os dois ministérios vizinhos para negociar a entrada dos servidores do MEC.

Uma comissão formada pelos servidores Fernando Goulart, Geilza Bizarra, Gerson Cabral e Patrícia, foi eleita para ajudar na mobilização.

Uma nova assembleia está agendada para o dia 6/10, no auditório do edifício Anexo, às 9h30. Participe!

## MinC

# Reunião com a SRH nesta segunda, 26/09

Em assembleia dia 14/09, os servidores do Ministério da Cultura (MinC) decidiram incluir a negociação dos dias parados em função da greve como primeiro item na negociação com o Ministério do Planejamento. Uma reunião com a Secretaria de Recursos Humanos está agendada para a segunda-feira (26/09).

O setor também aprovou a realização de um Encontro Nacional de Cultura em Brasília até a primeira semana de outubro, a fim de unificar as pautas de negociação da categoria.

Os servidores aprovaram ainda a criação de uma Comissão de Mobilização do DF e o encaminhamento da discussão do Fórum de Cultura junto à AsMinC, divulgando a proposta de estatuto e realizando assembleia

para incorporar sugestões ao documento.

A categoria também quer resgatar a discussão das demandas internas contidas no documento destinado à Secretaria Executiva do órgão, bem como os pontos a serem aperfeiçoados no Protocolo de Intenções, oriundo do movimento grevista para divulgá-los junto a todos os servidores do país.

Nos próximos dias o Sindsep-DF deve ingressar com uma Representação no Ministério Público do Trabalho contra o secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, denunciando a sua postura intransigente ao não permitir a participação na mesa de negociação da greve de dois dirigentes da Condsef que pertencem à base do MinC, sob alegação de que estes estavam em greve.

## Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP-DF - Fone: 3212-1900. Conselho Editorial: Secretaria de Comunicação: Carlos Henrique (coordenador), Moisés Alves da Consolação e Reginaldo Dias da Silva (adjuntos) e Secretaria Geral: Oton Pereira Neves (coordenador), Reinaldo Magalhães Redorat e Elizabete Gomes de Andrade - Bete (adjunto) – Jornalista Responsável: Giselle do Valle (DF2361JP) – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 20.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do “Espanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br

# Condsef cobra correções à Presidência da República

A Condsef e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) esteve na Secretaria-Geral da Presidência da República no dia 20/09, para discutir correções urgentes no Projeto de Lei (PL) 2203/11. A reunião foi acompanhada pela deputada Fátima Bezerra (PT/RN) e pelos assessores do deputado Amaury Teixeira (PT/BA). Aos representantes do ministro Gilberto Carvalho foi entregue um ofício que lista os itens que necessitam de alteração. A partir deste debate inicial, a Secretaria-Geral da República deverá dialogar com outros segmentos do governo em busca de soluções para

superar os impasses apresentados. Na quarta, dia 28/09, a Condsef volta ao Planejamento para tratar do assunto.

Entre os problemas do PL estão conflitos gerados por questões que não retratam ou não fizeram parte de acordos firmados a partir de negociações com o Ministério do Planejamento. Um exemplo são as alterações na lei que trata de insalubridade. O projeto propõe a fixação de valores de gratificação para os casos em que servidores são submetidos a trabalhos de risco e insalubres. Este tema não foi debatido em nenhum momento nas negociações com o governo. A Condsef é contra a

proposta de modificação da forma e critério de pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Por vários aspectos legais e jurídicos, é necessário suprimir do PL 2203 os artigos 86 e 87 que modificam a forma de pagamento desses adicionais.

Também foram detectados problemas em aspectos de gratificação e cumprimento de jornada inferior a quarenta horas; redução de 50 para 30 pontos nas gratificações de aposentados de algumas categorias; valores na gratificação de servidores de nível superior baseada na aproximação da remuneração da categoria com a Lei 12.277/10, entre outros itens.



20/09: Condsef e CUT em reunião na Secretaria-Geral da Presidência da República

## DNPM/DNIT/HFA/INEP/FNDE

### Pressão pela publicação do decreto continua

Os servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e os empregados públicos do Hospital das Forças Armadas (HFA) realizaram um novo ato em frente ao Ministério do Planejamento (bloco K), no

dia 21/09, para cobrar da ministra Miriam Belchior a publicação do decreto que regulamentará a progressão e a promoção funcional.

Por telefone, a direção do Planejamento informou que agendaria com a categoria uma audiência com o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva. Mas os servidores querem uma reunião com o secretário-executivo do Planejamento, Valter Correia da Silva, ou a

chefe de gabinete, Elaine Paz, visto que, em reunião com a SRH, dia 14/09, a direção do Sindsep-DF e as Seções Sindicais nos órgãos haviam dado um prazo até o dia 20/09 para o governo dar uma posição sobre a publicação do decreto. No entanto, a diretora do Departamento de Relações de Trabalho (DERET), Marcela Tapajós, informou que a SRH não poderia se comprometer com uma data.

Para continuar pressionando o governo, um novo ato conjunto dos cinco setores está agendado para a quarta-feira (28/09).



15/09: (1) audiência no TST, no canto direito, o relator do processo, ministro José Roberto Freire Pimenta / (2) Anistiadados da Conab assistem à audiência no TST / (3) Reunião dos anistiadados da Conab no final da audiência

## Anistiadados da Conab

### 2ª Turma do TST julgará extensão dos níveis dia 3/10

Em audiência no dia 21/09, a 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu por unanimidade dar provimento ao Agravo de Instrumento movido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) da 10ª Região para estender aos anistiadados retornados administrativamente à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) os cinco níveis concedidos sem avaliação e a título de merecimento aos trabalhadores que continuaram na Companhia.

Na decisão, o TST determina que o recurso de revista respectivo seja submetido a julgamento no dia 03 de outubro.

Em sua defesa para a

reabertura do processo, o ministro relator na 2ª Turma do TST, José Roberto Freire Pimenta, fez uma exposição sobre a anistia (Lei 8.878/94), que é a lei do perdão, afirmando que ela deve ser "mais ampliada e generosa possível". E disse ainda que essa ação é especial, pois é coletiva e atinge a muitos trabalhadores. Os demais ministros concordaram com a posição do ministro relator.

Vale lembrar, que os cinco níveis que os anistiadados da Conab reivindicam compreendem apenas 25% de reajuste no salário, e no entendimento do MPT devem ser estendidos aos anistiadados como forma de reparação pelos anos em que estes trabalhadores ficaram afastados do serviço.

## FNDE

### Sindsep cobra recontração de operários

No dia 19/09, a direção do Sindsep-DF se reuniu com os 66 operários que trabalhavam na reforma do edifício sede do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os operários, assim como a obra, foram abandonados pela empresa Mather Construtora LTDA, que decretou falência após receber cerca

de R\$ 13 milhões, como parte do pagamento pela reforma (EG 246). Mesmo com a contratação de um advogado pelos operários, o sindicato ofereceu a sua assessoria jurídica e reafirmou o apoio à categoria. Neste sentido, a direção do Sindsep-DF aguarda o agendamento de uma reunião com o diretor administrativo do FNDE, Garibaldi José Cordeiro de Albuquerque, para solicitar a recontração dos operários pela empreiteira que irá assumir o término da obra.

# 7º Seminário foi o maior já realizado pelo Sindsep-DF

Realizado em Caldas Novas/GO, de 21 a 23 deste mês, o 7º Seminário de Aposentados e Pensionistas da base do Sindsep-DF reuniu o maior número de participantes, 148 pessoas. Após discutir a atual conjuntura, a categoria decidiu realizar atos públicos para lutar contra a quebra da paridade, reforçada ainda mais com a criação das Gratificações de Desempenho (GDs), e pela reconquista de direitos retirados pelas Reformas da Previdência dos governos FHC e Lula (Emendas Constitucionais 41 e 47).

Aposentados e pensionistas também decidiram lutar pela isenção do desconto da previdência social, uma taxa inaceitável, visto que a categoria já contribuiu durante toda a sua vida profissional. Os atos devem ser realizados em frente ao Ministério do Planejamento e a Presidência da República, em datas que serão definidas pela direção do sindicato. O seminário aprovou ainda que o Sindsep-DF solicite



**Seminário de Aposentados e Pensionistas do Sindsep-DF reúne 148 participantes**

ao Congresso Nacional a elaboração de dois projetos de lei: um que proteja o contracheque dos servidores ativos, aposentados e pensionistas dos abusos cometidos pelas finanças e outro que crie o hospital geriátrico.

A categoria também rea-

firmou a luta pela extensão integral dos benefícios da Lei 12.277/10, com reajuste no Vencimento Básico, e pela data-base em todo 1º de maio, entre outras deliberações.

Participaram como convidados do Seminário, o diretor da Condsef e da CUT

Nacional, Pedro Armengol (que palestrou sobre os ataques aos aposentados e às aposentadorias no mundo e no Brasil), a arteterapeuta e psicanalista Nilce Maria da Silva (que palestrou sobre Qualidade de vida no envelhecimento – um caminho para cuidar de si), a educadora e gerontóloga

Marli Costa Rodrigues Barbosa (que palestrou sobre Modus Vivendi do Aposentado e Pensionista do Servidor Público Federal frente ao processo de envelhecimento – bônus e ônus, desafios e enfrentamento) e a assessora jurídica do Sindsep-DF.

## **Demitidos do Governo Collor/Anistiados**

# Toda pressão pela votação do PLS 372/08

Esta semana o Sindsep-DF vai ao Senado Federal pressionar o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa, senador Eunício Oliveira (PMDB/CE), para colocar na pauta de votação o PLS 372/08 – que reabre o prazo para que demitidos do Governo Collor entrem com requerimento de retorno ao serviço público.

O projeto deveria ter en-

trada na pauta da CCJ na quarta-feira passada, mas Oliveira não quis colocá-lo em votação, apesar dos apelos do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), relator do PLS na CCJ que deu parecer favorável às emendas da Câmara dos Deputados. A reabertura do prazo irá beneficiar centenas de demitidos do Governo Collor em todo o Brasil.

Para definir ações de pressão no Senado, o Sindsep-

-DF realiza assembleia dos demitidos na terça-feira, dia 27/09, às 18h30, no auditório Francisco Zóccoli, na sede do sindicato (SBS, Qd. 1, bloco K, Ed.

Seguradoras, 17º andar).

### **Contra o congelamento salarial**

Ainda no mês de setembro deve ser realizada reunião entre as entidades repre-

sentativas dos anistiados na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento para tratar do aumento salarial dos servidores retornados, cujos salários estão congelados, e também da transposição para o Regime Jurídico Único.

**21/09: demitidos do Governo Collor decepcionados com a decisão do presidente da CCJ de não colocar em votação o PLS 372/08**

